



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 561277 - PR (2020/0033576-7)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
ADVOGADOS : SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA - PR011078  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
PACIENTE : JHONATAN FELIPE DOS SANTOS (PRESO)  
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **JHONATAN FELIPE DOS SANTOS**, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo da Execução Penal, ao unificar as condenações impostas (penas de detenção e reclusão), ensejou o cumprimento em regime mais gravoso do que a detenção autorizaria.

Irresignada, a d. Defesa interpôs recurso de agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, o qual foi **desprovido**, nos termos do v. acórdão, às fls. 27-31, assim ementado:

*"PROCESSO PENAL. RECURSO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO DA PENA. SENTENCIADO CONDENADO A PENAS DE RECLUSÃO E DE DETENÇÃO. DECISÃO DETERMINOU O SOMATÓRIO DAS REPRIMENDAS IMPOSTAS. INSURGÊNCIA DEFENSIVA QUE REPOUSA NA ALEGAÇÃO DE QUE PENAS DE RECLUSÃO E DETENÇÃO NÃO PODEM SER SOMADAS, DEVENDO SER EXECUTADA, PRIMEIRA E SEPARADAMENTE, A PENA MAIS GRAVE (DE RECLUSÃO). REPRIMENDAS DE MESMA NATUREZA (PRIVATIVAS DE LIBERDADE). DECRETO OBJURGADO QUE EFETUOU O SOMATÓRIO DAS PENAS PARA FINS DE ADEQUAÇÃO DO REGIME PRISIONAL. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 111 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."*

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa alega que a "opção pela aplicação do somatório das penas apresenta-se mais prejudicial ao sentenciado, bem

*como é tida como ilegítima pela jurisprudência pátria" (fl. 5).*

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, *"para determinar a cassação do referido acórdão pelos fundamentos alinhavados, determinando-se a suspensão da execução da pena de detenção com a atualização da pena de reclusão. [...] No mérito, requer seja o presente pedido de habeas corpus julgado procedente ao final, confirmando-se a decisão liminar" (fl. 14).*

Pedido liminar **indeferido**, às fls. 34-36.

Informações, às fls. 43-46, 47-64 e 65-77.

O d. Ministério Público Federal oficiou, às fls. 87-90, pelo **não conhecimento do writ**, conforme r. parecer com a seguinte ementa:

*"HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ADEQUADO. NÃO CONHECIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DAS PENAS DE DETENÇÃO E RECLUSÃO PARA FINS DE ADEQUAÇÃO DE REGIME PRISIONAL. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO.*

*- Não se conhece de habeas corpus impetrado contra decisão judicial passível de revisão por via recursal própria.*

*- É legal a determinação de unificação de penas de reclusão e de detenção, em atenção ao disposto no art. 111 da LEP, consoante já decidido pelo Excelso Pretório e por esse C. Superior Tribunal de Justiça.*

*- Parecer pelo não conhecimento da ordem de habeas corpus."*

É o relatório.

**Decido.**

A **Terceira Seção desta Corte**, seguindo entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. No caso, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Para delimitar a **quaestio**, colaciono trecho do v. acórdão vergastado (fls. 27-31):

*"[...]Nos presentes autos se executam as seguintes penas impostas ao reeducando, todas pelo Juízo da Vara Criminal de Guarapuava/PR: nos autos de , pela prática do a) Ação Penal nº 0019497-66.2012.8.16.0031 delito previsto no art. 15, , da Lei nº 10.826/03, à pena de , em regime aberto, caput 2 (dois) anos de detenção substituída por , e 10 (dez) limitação de final de semana e por prestação de serviços à comunidade dias-multa, com trânsito em julgado em 24.07.2017; nos autos de b) Ação Penal nº , pela prática do delito previsto no art. 310, , do CTB, à pena de 0005957-09.2016.8.16.0031 caput 6 (seis) , em regime fechado, com trânsito em julgado em 19.02.2019; nos autos de meses de detenção c) Ação , pela prática do delito previsto no art. 306, , e 309, , ambos Penal nº 0004435-10.2017.8.16.0031 caput caput do Código de Trânsito Brasileiro e art. 330, , do Código Penal, à pena de caput 1 (um) ano, 7 (sete) meses e , em regime semiaberto, e 14 (quatorze) dias-multa, com trânsito em julgado 19 (dezenove) dias de detenção em 24.09.2018; nos autos de , pela prática do delito previsto d) Ação Penal nº 0019163-90.2016.8.16.0031 no art. 306, , e 309, , ambos do Código de Trânsito Brasileiro, à pena de caput caput 10 (dez) meses e 5 , em regime semiaberto, com trânsito em julgado em 07.08.2019, e; nos autos de (cinco) dias de detenção e) , pela prática do delito previsto no art. 33, , e art. 35, , Ação Penal nº 0000590-96.2019.8.16.0031 caput caput ambos da Lei nº 11.343/06, à pena total de , 29 (vinte e nove) anos, 6 (seis) meses e 2 (dois) dias de reclusão em regime fechado, e 3.668 (três mil seiscentos e sessenta e oito) dias-multa, sem trânsito em julgado até o momento. Sentença prolatada em 23.10.2019 (cf. Atestado de Pena).*

*Insurge-se o recorrente contra a decisão que efetuou o somatório das penas para fins de adequação do regime prisional[...]*

***Em síntese, o reeducando almeja a revogação da decisão objurada para o fim de que constem, separadamente, as penas de reclusão e de detenção a serem cumpridas, eis que não podem ser executadas simultaneamente, devendo ser cumprida, primeiramente, a pena de reclusão e, após, a de detenção.***

*Como visto acima, o reeducando possui quatro condenações a penas de detenção e uma condenação à pena de reclusão.*

*Consoante se infere da Lei de Execução Penal:*

*'Art. 111. Quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo , observada, quando for o caso, a detração resultado da soma ou unificação das penas ou remição.'*

***Da simples leitura do dispositivo legal supratranscrito, extrai-se a determinação para que sejam as penas somadas, sejam elas de reclusão ou de detenção, visto que ambas se tratam de penas privativas de liberdade.***

***Ademais, o referido artigo não estabelece qualquer distinção entre as sanções restritivas de liberdade de reclusão ou de detenção, cabendo, portanto, ao Juiz da Execução unificá-las e estabelecer o regime prisional adequado.[...]***

***Sendo assim, escorreita a decisão guerreada no que tange à unificação das penas, pois amparada pelo art. 111 da Lei nº 7.210/84 e adequado, outrossim, o***

*para o cumprimento da pena, nos termos regime fechado do art. 33, §2º, 'a', do Código Penal, considerando o total de pena remanescente à época, qual seja, 31 . (trinta e um) anos, 8 (oito) meses e 16 (dezesseis) dias , voto no sentido de conhecer e negar provimento ao recurso, mantendo a decisão*

*Diante de todo o exposto que determinou o somatório das penas de reclusão e de detenção para fins de readequação do regime prisional." (grifei)*

**Pois bem.**

Conforme os autos, verifica-se que o v. aresto negou provimento ao pleito defensivo, ante o fato de que as reprimendas de detenção e de reclusão deveriam ser somadas para efeitos de execução penal, haja vista serem sanções de mesma espécie.

De fato, o art. 111, **caput**, da Lei n. 7.210/1984 não faz a distinção aqui pleiteada pela d. Defesa e, ademais, o seu parágrafo único prescreve a soma da pena superveniente, como forma de determinação do regime, **in verbis**:

*"Art. 111. Quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, quando for o caso, a detração ou remição.*

*Parágrafo único. Sobrevindo condenação no curso da execução, somar-se-á a pena ao restante da que está sendo cumprida, para determinação do regime." (grifei)*

Assim, atento ao art. 111, parágrafo único, **ab initio**, da Lei de Execução Penal, pode-se verificar qual a diferença de sua aplicação em relação aos arts. 69, **caput**, e 76 do Código Penal, os quais **se aplicam ao concurso material de crimes e de infrações, respectivamente, quando as penas forem aplicadas na mesma sentença, e não na hipótese de unificação em sede de execução (caso este dos autos).**

Vejamos:

*"Art. 69 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.*

*[...]*

*Art. 76 - No concurso de infrações, executar-se-á primeiramente a pena mais grave."*

Portanto, em casos como o posto em debate, devem ser consideradas, cumulativamente, todas as espécies de penas privativas de liberdade e, diante disso,

sobrevindo nova condenação, ficará esta sujeita à unificação das penas pelo d. Juízo das Execuções, cujo resultado também implicará a adequação do regime prisional.

Trata-se, inclusive, de matéria amplamente debatida, desde o ano de 2008 até os mais recentes julgados, **por esta Quinta Turma**, conforme se apreende das seguintes ementas:

*"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. UNIFICAÇÃO DAS PENAS DE DETENÇÃO E RECLUSÃO. REPRIMENDAS DA MESMA NATUREZA. SOMATÓRIO. POSSIBILIDADE. ART. 111 DA LEP.*

*1. A teor do art. 111 da Lei n. 7.210/1984, na unificação das penas, devem ser consideradas cumulativamente tanto as reprimendas de reclusão quanto as de detenção para efeito de fixação do regime prisional, porquanto constituem penas de mesma espécie, ou seja, ambas são penas privativas de liberdade.*

*2. As reprimendas de reclusão e de detenção devem ser somadas para fins de unificação da pena, tendo em vista que ambas são modalidades de pena privativa de liberdade e, portanto, configuram sanções de mesma espécie. Precedentes do STF e desta Corte Superior de Justiça. (REsp 1642346/MT, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 17/5/2018, DJe 25/5/2018)*

*3. Agravo regimental improvido" (AgRg no HC n. 473.459/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 1º/03/2019, grifei).*

*"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. UNIFICAÇÃO DAS PENAS. ART. 111 DA LEP - RÉU CONDENADO ÀS PENAS DE RECLUSÃO E DE DETENÇÃO, A ÚLTIMA SUBSTITUÍDA POR RESTRITIVA DE DIREITOS. INCOMPATIBILIDADE DO CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO. CONVERSÃO. SOMATÓRIO DE AMBAS AS REPRIMENDAS. POSSIBILIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.*

*1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e o Superior Tribunal de Justiça, por sua Terceira Seção, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.*

*2. Concorrendo penas de reclusão e detenção, ambas devem ser somadas para efeito de fixação da totalidade do encarceramento, porquanto constituem reprimendas de mesma espécie, ou seja, penas privativas de liberdade. Inteligência do art. 111 da Lei n. 7.210/84. Precedentes do STF e desta Corte Superior de Justiça.*

*3. Por outro lado, esta Corte firmou entendimento no sentido de que a conversão poderá ocorrer quando houver incompatibilidade na execução da pena restritiva de direitos com a privativa de liberdade (art. 181, § 1º, alínea "e", da LEP e art. 44, § 5º, do Código Penal).*

4. Na hipótese vertente, o agravante cumpria pena privativa de liberdade, quando fora condenado novamente e a nova condenação substituída por restritiva de direito - prestação de serviços à comunidade. Nesses casos, efetivamente, conforme disposto no art. 111 da LEP, as penas devem ser unificadas. Inaplicabilidade, portanto, do art. 76 do Código Penal.

5. *Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 460.460/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 1º/03/2019, grifei).

*"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FRAUDE À LICITAÇÃO E DESVIO DE VERBAS PÚBLICAS. RECONHECIMENTO DE BIS IN IDEM OU APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ESPECIALIDADE OU DA CONSUNÇÃO ENTRE ESSES CRIMES. INVIABILIDADE. CONDUTAS DIVERSAS E DELITOS DISTINTOS E AUTÔNOMOS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO COM BASE NA LIDERANÇA EXERCIDA PELO AGRAVANTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA O INCREMENTO. SOMATÓRIO DAS PENAS DE RECLUSÃO E DE DETENÇÃO PARA O ESTABELECIMENTO DO REGIME PRISIONAL E PARA O EXAME DOS REQUISITOS PARA A SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS. POSSIBILIDADE. ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

[...]

6. *A determinação do regime inicial deve observar o somatório das penas de reclusão e de detenção, em virtude do disposto no art. 111 da Lei de Execuções Penais. Precedentes do STF e do STJ.*

[...]

8. *Agravo regimental improvido*" (AgRg no HC n. 448.057/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 18/12/2018, grifei).

*"RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DAS PENAS DE DETENÇÃO E RECLUSÃO. SOMATÓRIO. POSSIBILIDADE. ART. 111 DA LEP. REGIME PRISIONAL.*

1. No caso, o Tribunal local entendeu que, interpretando o art. 111 da Lei de Execução Penal em conjunto com o art. 76 do Estatuto Repressivo, as penas de detenção e reclusão não poderiam ser somadas indistintamente, executando-se, no concurso de infrações, primeiramente a pena mais grave.

2. *As reprimendas de reclusão e de detenção devem ser somadas para fins de unificação da pena, tendo em vista que ambas são modalidades de pena privativa de liberdade e, portanto, configuram sanções de mesma espécie. Precedentes do STF e desta Corte Superior de Justiça.*

3. *Recurso provido*" (REsp n. 1.642.346/MT, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 25/05/2018, grifei).

*"EXECUÇÃO PENAL - HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO*

*DE RECURSO PRÓPRIO - INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - REGIME PRISIONAL - UNIFICAÇÃO DAS PENAS - ART. 111 DA LEP - RÉU CONDENADO ÀS PENAS DE RECLUSÃO E DE DETENÇÃO - SOMATÓRIO DE AMBAS AS REPRIMENDAS PARA FIXAÇÃO DO REGIME - POSSIBILIDADE - WRIT NÃO CONHECIDO.*

*1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e o Superior Tribunal de Justiça, por sua Terceira Seção, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do mandamus, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.*

*2. Concorrendo penas de reclusão e detenção, ambas devem ser somadas para efeito de fixação da totalidade do encarceramento, porquanto constituem reprimendas de mesma espécie, ou seja, penas privativas de liberdade. Inteligência do art. 111 da Lei n. 7.210/84. Precedentes do STF e desta Corte Superior de Justiça.*

*3. Habeas corpus não conhecido" (HC n. 389.437/ES, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 22/08/2017, grifei).*

*"HABEAS CORPUS. REGIME PRISIONAL. UNIFICAÇÃO DAS PENAS. ART. 111 DA LEP. RÉU APENADO COM PENA DE RECLUSÃO E DE DETENÇÃO. SOMATÓRIO DE AMBAS AS REPRIMENDAS PARA FIXAÇÃO DO REGIME SEMI-ABERTO. POSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.*

*1. Concorrendo penas de reclusão e detenção, ambas devem ser somadas para efeito de fixação da pena, porquanto constituem reprimendas de mesma espécie, penas privativas de liberdade. Inteligência do art. 111 da Lei 7.210/84.*

*2. Constatado que o paciente foi condenado à pena total superior a 4 anos, cabe a fixação do regime inicial semi-aberto (art. 33, § 2º, b, do Código Penal).*

*3. Ordem denegada" (HC n. 79.380/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 22/09/2008, grifei).*

Não em outro sentido, entende o col. Supremo Tribunal Federal:

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA ÀS REGRAS DE UNIFICAÇÃO DAS PENAS DE DETENÇÃO E RECLUSÃO: INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. O art. 111 da Lei de Execução Penal estabelece que, em*

*condenação por mais de um crime, para a determinação do regime de cumprimento considera-se o resultado da soma ou unificação das penas, independentemente de serem de detenção ou reclusão.*

*2. É firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que a soma ou unificação das penas em execução definem o regime prisional de seu cumprimento, podendo o resultado implicar a regressão. Precedentes.*

*3. Recurso ao qual se nega provimento" (RHC n. 118.626/MS, Segunda Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Cármen Lúcia, DJe de 02/12/2013, grifei).*

Diante de tais considerações, portanto, não se vislumbra a existência de flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. I.

Brasília, 31 de março de 2020.

Felix Fischer

Relator